

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MUNICIPAL DE MARICÁ
– RJ

Ref. Chamamento Público nº 011/2025

Processo Administrativo nº 3521/2025

À COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O **INSTITUTO GNOSIS**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, na qualidade de interessado no Edital de Chamamento Público nº 011/2025, referente a gestão dos Serviços de Saúde na rede de Atenção Especializada, vem, com fundamento nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e na normativa aplicável às Organizações Sociais, bem como nas regras do próprio instrumento convocatório, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra o resultado preliminar de classificação das propostas técnico-econômicas do Chamamento Público nº 11/2025, pelas razões a seguir expostas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O recurso ora apresentado atende aos requisitos de **cabimento e tempestividade**, considerando que o resultado preliminar foi publicado no **Jornal Oficial do Município de Maricá, edição nº 1829, de 14 de janeiro de 2026**. O prazo para interposição foi fixado em **5 (cinco) dias úteis**, com início em **15 de janeiro de 2026** e término em **21 de janeiro de 2026, às 17h**, motivo pelo qual o protocolo se dá dentro do período regularmente previsto.

II – RECURSO

Em face da decisão que examinou os documentos constantes no Envelope referente a Proposta Técnica e Financeira das proponentes, e classificou Instituto Jurídico para efetivação da Cidadania e Saúde - AVANTE SOCIAL, como primeira colocada do certame, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

III – FATOS

A Secretaria Municipal de Saúde de Maricá tornou público o Edital nº 011/2025, cujo objeto consiste na seleção de Organização Social para prestação de serviços técnicos especializados de operacionalização, recursos humanos, gerenciamento e execução Integrada das Ações E Serviços de Saúde na Rede de Atenção Especializada no Município De Maricá.

Conforme a planilha oficial de pontuação, o **INSTITUTO GNOSIS** obteve **8,30 pontos**, assim distribuídos: **1,80/2,00** no critério Aspectos Institucionais; **1,80/2,00** em Aspectos Gerenciais e Assistenciais; **3,80/5,00** em Qualificação Técnica; e **0,90/1,00** em Economicidade, resultando em sua classificação provisória na **segunda posição**. Verifica-se, entretanto, que a **diferença de pontuação entre os licitantes é extremamente reduzida**, uma vez que o primeiro colocado alcançou **8,60 pontos** e o terceiro **8,20 pontos**, circunstância que **evidencia a relevância de eventual erro material, inconsistência na aplicação dos critérios ou subavaliação indevida**, os quais, se corrigidos, **possuem aptidão para alterar a ordem classificatória**, impondo-se a revisão da pontuação atribuída.

CLASSIFICAÇÃO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL (OS)	PONTUAÇÃO FINAL (NPT + NPF)
1º	INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE - AVANTE SOCIAL	8,65
2º	INSTITUTO GNOSIS	8,30
3º	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES – FAS	8,20
4º	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA – IDEAS	7,90
5º	FÊNIX DO BRASIL SAÚDE - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO	7,50
6º	HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOSÉ DE HERCULÂNDIA	5,70
7º	INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC	5,50

A. QUANTO À ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA DO INSTITUTO GNOSIS

1. DO ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO EDITAL – 1.3 POLÍTICA DE RH: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, TÉCNICO E GERENCIAL - PONTUAÇÃO: 0,40 (PÁGINA 117 E 118 DO EDITAL)

Os elementos apresentados foram estruturados em estrita conformidade com o **ANEXO II – Roteiro para Elaboração das Propostas**, evidenciando, de forma clara, lógica e sistemática, a **aderência integral da proposta** aos critérios técnicos e formais estabelecidos no instrumento convocatório, em observância ao princípio da **vinculação ao edital**.

O item **3.1.3** do edital encontra-se subdividido nos seguintes subitens:

3.1.3.1 – *Apresentar link de acesso ao Regulamento para Recrutamento e Seleção de Pessoal* (pontuação máxima: **0,20**);

3.1.3.2 – *Apresentar Política de Recursos Humanos que contemple, minimamente, as dimensões de Gestão do Desempenho, Gestão do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Prevenção de Acidentes* (pontuação máxima: **0,20**).

No que se refere ao subitem **3.1.3.2**, o edital prevê a avaliação das estratégias relacionadas à seleção de pessoal e ao desenvolvimento de políticas institucionais voltadas ao **bem-estar dos trabalhadores** e ao **incremento da produtividade**, exigindo, para tanto, a apresentação do conjunto de documentos e informações ali elencados.

Dessa forma, a **Política de Recursos Humanos** deveria abranger, no mínimo, as seguintes dimensões:

- Gestão do Desempenho;
- Gestão do Trabalho;
- Saúde do Trabalhador;
- Prevenção de Acidentes.

Cumpre destacar que o edital **não prevê a possibilidade de pontuação parcial**, tampouco estabelece critérios adicionais quanto ao **grau de detalhamento, extensão do conteúdo, modelo específico** ou **referência normativa obrigatória**, restringindo-se à exigência **objetiva de abrangência mínima** das dimensões expressamente indicadas.

Não obstante, a Comissão de Seleção atribuiu ao item 3.1.3 a pontuação total de **0,20**, deixando de conceder a pontuação máxima de **0,40**, ao reconhecer o atendimento integral do subitem **3.1.3.1**, mas atribuir **nota zero (0,00)** ao subitem **3.1.3.2**, sob o fundamento de que a Política de Recursos Humanos apresentada pelo

Instituto GNOSIS “não abordou com detalhamento mínimo a dimensão de prevenção de acidentes” (páginas 122 a 154).

Tal motivação revela-se **juridicamente inadequada**, porquanto o edital **não exige nível mínimo de detalhamento**, nem autoriza a introdução de critérios qualitativos ou subjetivos não previamente definidos. Trata-se, portanto, de critério **objetivo**, no qual a análise deve se limitar à verificação do **cumprimento ou não da exigência editalícia**, sendo vedada a criação de requisitos supervenientes ou interpretações ampliativas que afrontem os princípios da **legalidade, isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório**.

I. DO ATENDIMENTO AO SUBITEM 3.1.3.2 PELO INSTITUTO GNOSIS

A Política de Recursos Humanos apresentada pelo Instituto GNOSIS atende integralmente ao disposto no subitem 3.1.3.2 do edital, uma vez que contempla, de forma expressa, objetiva e sistematizada, a dimensão de Prevenção de Acidentes, por meio de seção específica dedicada à Segurança do Trabalho.

Referida seção abrange, de maneira clara, os seguintes elementos:

- diretrizes institucionais de segurança e saúde no trabalho;
- identificação, avaliação e controle de riscos ocupacionais;
- fornecimento, controle e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- realização de treinamentos periódicos em segurança do trabalho;
- procedimentos para investigação, registro e análise de acidentes de trabalho;
- adoção de medidas preventivas e corretivas;
- realização de exames admissionais, periódicos e demissionais.

Os elementos elencados correspondem integralmente ao conceito técnico-jurídico de prevenção de acidentes, tal como reconhecido pela legislação trabalhista, pelas normas de saúde e segurança do trabalho e pelas boas práticas de gestão de pessoas, sendo, portanto, suficientes para caracterizar o pleno atendimento à exigência editalícia.

Ressalte-se que o edital não impõe qualquer requisito adicional quanto ao grau de aprofundamento, quantidade mínima de conteúdo, modelo específico ou formato padronizado para a caracterização da referida dimensão, limitando-se à exigência objetiva de sua abrangência mínima.

Dessa forma, a atribuição de nota zero ao **subitem 3.1.3.2**, sob o argumento de suposta insuficiência de “detalhamento mínimo”, mostra-se desprovida de amparo editalício, por importar na criação de critério não previsto e na adoção de juízo subjetivo, em afronta aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo.

II. DA INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIO EDITALÍCIO RELATIVO A “NÍVEL DE DETALHAMENTO”

O instrumento convocatório não define o que se entende por “detalhamento mínimo”, tampouco condiciona a pontuação do subitem 3.1.3.2 à observância de determinado padrão técnico, normativo, metodológico ou documental.

Inexiste, portanto, no edital, qualquer parâmetro objetivo que autorize a aferição subjetiva do grau de aprofundamento do conteúdo apresentado, sendo vedada à Comissão de Seleção a introdução de critérios não expressamente previstos.

III. DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Ao negar a pontuação do subitem 3.1.3.2 com fundamento em juízo subjetivo acerca do nível de detalhamento da Política de Recursos Humanos, a Comissão incorreu na criação indevida de requisito superveniente, não previsto no instrumento convocatório.

Tal conduta afronta diretamente os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da isonomia entre os proponentes e da segurança jurídica, comprometendo a regularidade do certame e a lisura do procedimento avaliativo.

IV. DA ASSIMETRIA DE TRATAMENTO ENTRE AS PROPONENTES

Registra-se, ainda, que, em relação às demais proponentes, a Comissão de Seleção limitou-se a consignar a existência do conteúdo no link indicado, sem proceder a qualquer análise restritiva quanto ao nível de detalhamento das dimensões que compõem a Política de Recursos Humanos, inclusive no que se refere à prevenção de acidentes, tendo-lhes sido atribuída a pontuação integral do item.

No caso específico do Instituto GNOSIS, contudo, a Comissão adotou postura avaliativa diversa, promovendo exame qualitativo do conteúdo apresentado, com grau de rigor não aplicado às demais propostas, o que evidencia tratamento desigual entre proponentes submetidos às mesmas exigências editalícias.

Cumprе esclarecer que o Instituto GNOSIS não postula a revisão da pontuação atribuída a terceiros, mas tão somente a aplicação isonômica e uniforme dos critérios de julgamento, nos exatos limites estabelecidos pelo

edital, em observância aos princípios da isonomia, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

V. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta inequivocamente demonstrado que:

- a Política de Recursos Humanos apresentada pelo Instituto GNOSIS abrange a dimensão de Prevenção de Acidentes, atendendo de forma objetiva à exigência prevista no subitem 3.1.3.2 do edital;
- o instrumento convocatório não autoriza a exigência de qualquer grau subjetivo de detalhamento como condição para a concessão da pontuação correspondente;
- a negativa de pontuação decorreu da indevida aplicação de critério não previsto no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- verificou-se a adoção de tratamento assimétrico na avaliação das propostas, com aplicação de rigor diferenciado ao Instituto GNOSIS em relação às demais proponentes, em violação aos princípios da isonomia, impessoalidade e julgamento objetivo.

Diante disso, requer-se a revisão da decisão administrativa, com o reconhecimento do atendimento integral ao subitem 3.1.3.2, bem como a atribuição da pontuação máxima de 0,20 ao Instituto GNOSIS, de modo a restabelecer a estrita observância às regras editalícias e aos princípios que regem o procedimento de chamamento público.

2. DOS ASPECTOS GERENCIAIS E ASSISTENCIAIS: 3.2.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PARA OS 3 (TRÊS) PRIMEIROS MESES (SERVIÇOS, ABASTECIMENTO E PESSOAL) - PONTUAÇÃO: 0,20 (PÁGINA 121 DO EDITAL)

Neste item, a Proponente apresentou o Cronograma detalhado de implantação para o rol de serviços, aquisições e contratação de pessoal, demarcando as principais atividades e a sequência de tarefas e prazos a serem executados ao longo dos primeiros 3 (três) meses.

3.2.1 Cronograma de Implantação para os 3 (três) primeiros meses	0,20 (máximo)
Atende completamente às especificações	0,20 pontos
Atende parcialmente, não apresentando a sequência de atividades principais e seus prazos.	0,10 pontos
Não atende às especificações	0,00

I. DO ATENDIMENTO AO ITEM 3.2.1 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

O Edital de Chamamento Público, em seu Anexo II, item 3.2.1, estabeleceu como condição para a atribuição da pontuação máxima a apresentação de cronograma de implantação que contemplasse:

- a descrição das principais atividades a serem executadas;
- a sequência lógica de execução dessas atividades;
- os prazos correspondentes aos três primeiros meses de vigência contratual.

O instrumento convocatório não impôs modelo pré-definido, tampouco exigiu formato específico, ou a indicação de datas fixas, limitando-se a exigir que o planejamento apresentado fosse inteligível, coerente, ordenado e temporalmente delimitado, de modo a permitir a adequada compreensão da estratégia de implantação proposta.

E, ainda assim, o cronograma de implantação foi apresentado em plena conformidade com o disposto no Anexo II, item 3.2.1 do edital, contemplando de forma clara e estruturada a descrição das principais atividades, a sequência lógica de sua execução e a delimitação temporal correspondente aos três primeiros meses de vigência contratual.

Desse modo, restou integralmente atendida a exigência editalícia, inexistindo qualquer fundamento jurídico ou editalício que autorize a desconsideração do cronograma apresentado ou a redução da pontuação correspondente, sobretudo diante da inexistência de parâmetros adicionais quanto a modelo, formato ou nível de detalhamento.

II. DA INCONSISTÊNCIA DA JUSTIFICATIVA UTILIZADA PELA COMISSÃO

Apesar disso, a Comissão de Seleção atribuiu pontuação parcial ao item, sob a justificativa de que a proposta não teria apresentado “a sequência de atividades principais e seus prazos de início e fim”.

Referida fundamentação, contudo, não encontra respaldo nem no conteúdo efetivamente apresentado na proposta, nem no texto expresso do edital. A organização do cronograma por semanas e meses, com marcos iniciais e finais claramente delimitados, configura, de forma inequívoca, a existência de sequência lógica de execução e de prazos definidos, atendendo integralmente à exigência prevista no Anexo II, item 3.2.1.

A exigência implícita de datas civis específicas ou de maior granularidade temporal representa a criação de requisito não previsto no instrumento convocatório, o que é juridicamente vedado. Ao assim proceder, a Comissão extrapolou os limites objetivos do critério previamente estabelecido, incorrendo em violação ao

princípio da vinculação ao edital, bem como aos princípios da legalidade e do julgamento objetivo, que regem os procedimentos de chamamento público.

III. DA CONTRADIÇÃO INTERNA DA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA

Ressalte-se, ainda, que a própria pontuação atribuída revela inconsistência lógica na avaliação realizada. Caso efetivamente inexistissem sequência lógica de atividades e prazos definidos, a pontuação cabível seria zero. A atribuição de pontuação parcial evidência que a Comissão reconheceu a existência de cronograma e de organização temporal mínima, o que torna contraditória a justificativa utilizada para a redução da pontuação.

IV. DO TRATAMENTO DESIGUAL EM RELAÇÃO À PROPOSTA DA AVANTE SOCIAL

A inconsistência do julgamento torna-se ainda mais evidente quando analisado o tratamento conferido à proposta da Avante Social. O cronograma por ela apresentado, às **páginas 1.231 a 1.238**, limita-se à indicação genérica de atividades por mês, mediante marcações simplificadas, sem detalhamento semanal, sem delimitação de prazo fechado e sem explicitação da sequência lógica de dependência entre as etapas.

Ainda assim, referida proposta foi considerada plenamente atendente, tendo recebido a pontuação máxima no item avaliado.

Configura-se, portanto, situação objetiva em que:

- proposta com menor grau de detalhamento foi integralmente pontuada;
- proposta com maior nível de estruturação, clareza e organização temporal foi penalizada.

Tal circunstância evidencia a aplicação assimétrica do critério de julgamento, em afronta direta aos princípios da isonomia, da motivação dos atos administrativos e do julgamento objetivo.

V. DA ADOÇÃO DE PADRÃO NÃO PREVISTO A PARTIR DA PROPOSTA DA FAS

Verifica-se, ainda, que a proposta da FAS foi considerada plenamente atendente em razão da apresentação de cronograma com elevado nível de detalhamento diário.

Ocorre que tal nível de detalhamento não foi exigido pelo edital, não podendo, portanto, ser utilizado como parâmetro implícito ou superveniente para desqualificar propostas que cumpriram integralmente os requisitos originalmente estabelecidos.

Na prática, a Comissão passou a adotar critério mais rigoroso e não previsto, tomando como referência padrão extraído de proposta específica, após a apresentação das propostas, o que compromete a legalidade,

a isonomia e a legitimidade do julgamento, em manifesta violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica.

VI. CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta demonstrado que:

- o Instituto GNOSIS atendeu integralmente às exigências previstas no item 3.2.1 do edital;
- a redução da pontuação decorreu da aplicação de requisito não previsto no edital;
- o julgamento do item foi marcado por tratamento desigual entre as proponentes, configurando afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao edital e julgamento objetivo.

Dessa forma, impõe-se a revisão da pontuação atribuída, com o reconhecimento do atendimento completo ao critério e a consequente atribuição da pontuação máxima de 0,20 ao Instituto GNOSIS.

3. DOS ASPECTOS GERENCIAIS E ASSISTENCIAIS: 3.2.2 MATRIZ DE RISCO RELATIVO AO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO (SERVIÇOS, ABASTECIMENTO E PESSOAL) - PONTUAÇÃO: 0,20 - PONTUAÇÃO: 0,20 (PÁGINA 122 DO EDITAL)

Neste item, a Proponente deverá apresentar uma matriz de risco considerando os principais aspectos relacionados ao Cronograma de Implantação do Contrato de Gestão.

Serão consideradas as dimensões de probabilidade e impacto do risco, devendo a Organização Social graduá-los no bojo da implantação do Contrato. Na elaboração da matriz a OS poderá adotar a metodologia à sua escolha (PMBOK, Six Sigma, etc.).

3.2.2 Matriz de risco relativa ao Cronograma de Implantação (serviços, abastecimento e pessoal)	0,20 (máximo)
Atende completamente às especificações	0,20 pontos
Atende parcialmente, não relacionando probabilidade e impacto do risco de forma detalhada.	0,10 pontos
Não atende às especificações	0,00

I. DO CRITÉRIO ESTABELECIDO NO EDITAL

O item 3.2.2 do Edital estabelece que a proponente deverá apresentar matriz de risco relativa ao cronograma de implantação do contrato, considerando os principais aspectos relacionados aos eixos serviços,

abastecimento e pessoal, avaliando as dimensões de probabilidade e impacto dos riscos, com a respectiva graduação, sendo facultada à Organização Social a adoção da metodologia que entender adequada, a exemplo de PMBOK, Six Sigma, entre outras.

O **instrumento convocatório** não estabelece, em momento algum, qualquer exigência quanto a:

- número mínimo ou máximo de riscos a serem identificados;
- modelo específico ou fechado de matriz de riscos;
- nível narrativo obrigatório;
- abrangência que extrapole o período de implantação.

Ressalte-se que a **única hipótese de atribuição de pontuação parcial**, expressamente prevista no edital, refere-se à eventual **não correlação entre probabilidade e impacto** de forma detalhada, não havendo qualquer previsão para redução de pontos por critérios adicionais ou subjetivos.

Dessa forma, qualquer aplicação de **requisito não previsto** constitui **afronta aos princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da isonomia entre os proponentes**, sendo juridicamente indevida.

II. DA METODOLOGIA ADOTADA PELO INSTITUTO GNOSIS E SUA VALIDAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

O Instituto GNOSIS adotou a metodologia **PMBOK – Project Management Body of Knowledge**, referência internacional consolidada em gerenciamento de projetos e riscos, amplamente utilizada em contratos públicos e projetos complexos.

Segundo o **PMBOK® Guide**, a **análise qualitativa de riscos** compreende essencialmente:

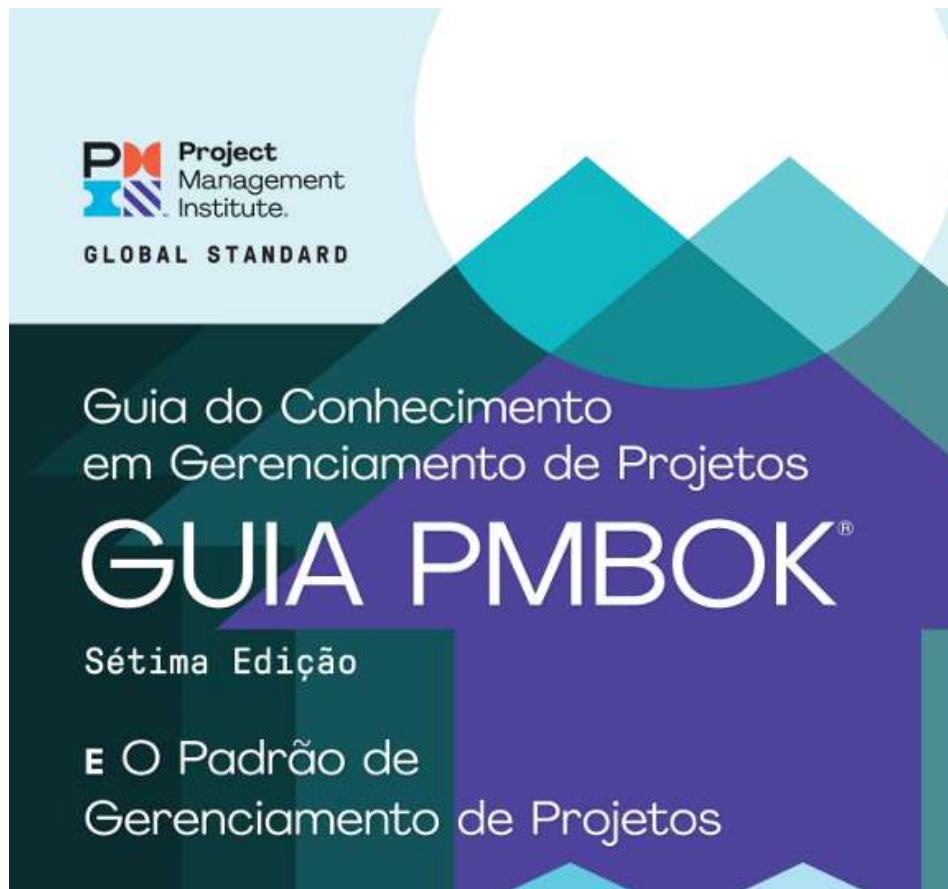
- identificação do risco;
- avaliação da **probabilidade**;
- avaliação do **impacto**;
- priorização por meio da relação **Probabilidade × Impacto (Pxl)**;
- definição de estratégias de resposta.

O próprio guia **não estabelece número mínimo de riscos**, tampouco exige detalhamento narrativo extensivo, concentrando-se na **priorização objetiva** para apoio à tomada de decisão.

1. PMBOK — Project Management Body of Knowledge (Guia de referência de gerenciamento de projetos)

Guia PMBOK® — sétima edição (PDF disponível online)

Acesso direto: [PMBOK® Guide – Matriz de Probabilidade e Impacto \(Guia Completo\)](#)



Esse documento mostra explicitamente que a **matriz de probabilidade e impacto** é parte integrante do gerenciamento de riscos no contexto de projetos e que a metodologia inclui avaliação de probabilidade e impacto como base da matriz de risco, sem definir quantidade mínima de riscos ou formato fechado.

Importante: O PMBOK é a **referência normativa mundial** para gerenciamento de projetos e, por extensão, de gestão de riscos em cronogramas; é a metodologia que o Instituto Gnosis adotou em sua proposta.

2. Aven (2016) – Fundamentação Científica sobre Avaliação de Riscos

Aven, Terje (2016) *“Risk assessment and risk management: Review of recent advances on their foundation”*

Acesso ao artigo (abstract, com referência DOI): [Aven \(2016\) – Risk assessment and risk management, EJORS](#)



Contents lists available at ScienceDirect

European Journal of Operational Research

journal homepage: www.elsevier.com/locate/ejor



Invited Review

Risk assessment and risk management: Review of recent advances on their foundation



Terje Aven*

University of Stavanger, Ulilandhaug, 4036 Stavanger, Norway

ARTICLE INFO

Article history:

Received 14 September 2015

Accepted 14 December 2015

Available online 21 December 2015

Keywords:

Risk assessment

Risk management

Foundational issues

Review

ABSTRACT

Risk assessment and management was established as a scientific field some 30–40 years ago. Principles and methods were developed for how to conceptualise, assess and manage risk. These principles and methods still represent to a large extent the foundation of this field today, but many advances have been made, linked to both the theoretical platform and practical models and procedures. The purpose of the present invited paper is to perform a review of these advances, with a special focus on the fundamental ideas and thinking on which these are based. We have looked for trends in perspectives and approaches, and we also reflect on where further development of the risk field is needed and should be encouraged. The paper is written for readers with different types of background, not only for experts on risk.

© 2015 The Authors. Published by Elsevier B.V.

This is an open access article under the CC BY license (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

1. Introduction

The concept of risk and risk assessments has a long history. More than 2400 years ago the Athenians offered their capacity of

The risk field has two main tasks, (1) to use risk assessments and risk management to study and treat the risk of specific activities (for example the operation of an offshore installation or

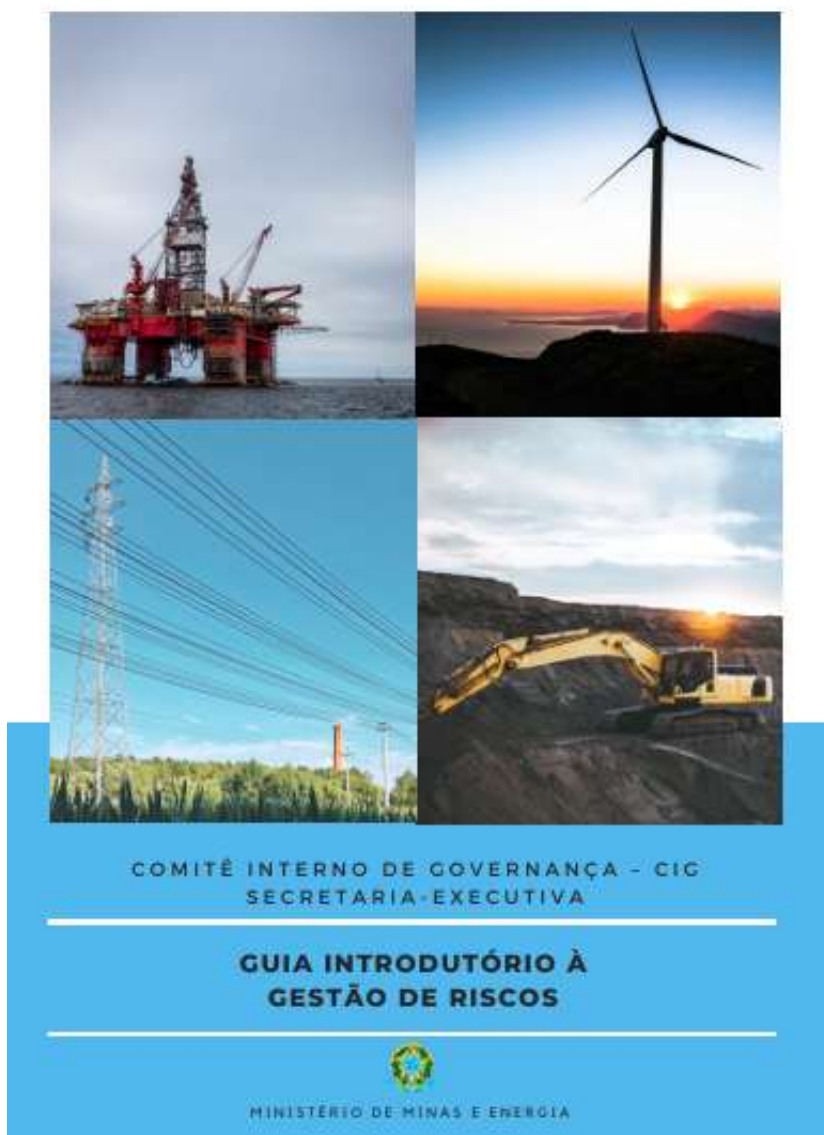
Este artigo de revisão analítica é uma **síntese reconhecida da literatura científica sobre gestão e avaliação de riscos**. Ele mostra que:

- o campo de *risk assessment* considera a relação entre probabilidade e impacto como base da priorização;
- lista e quantidade de riscos não são equivalentes à qualidade metodológica;
- a matriz probabilidade × impacto é uma ferramenta convencional validada cientificamente.

3. Guia Introdutório à Gestão de Riscos — Portal Gov.br

“Guia Introdutório à Gestão de Riscos” (Documento oficial brasileiro)

Acesso: [Guia Introdutório à Gestão de Riscos \(Portal Gov.br\)](#)



Esse guia oficial da Administração Pública descreve a lógica de avaliação de risco com:

- definição de **probabilidade**
- definição de **impacto**
- relação entre eles para caracterização do risco

III. DO ATENDIMENTO INTEGRAL AO CRITÉRIO PELO INSTITUTO GNOSIS

A matriz apresentada pelo Instituto GNOSIS (páginas 300 a 309):

- identifica **14 riscos diretamente vinculados ao cronograma de implantação;**

- contempla **todos os três eixos exigidos** (serviços, abastecimento e pessoal);
- atribui **probabilidade (escala definida)** a cada risco;
- atribui **impacto (escala definida)** a cada risco;
- realiza a **graduação objetiva por meio do índice Pxl**;
- define **estratégia de resposta, ações preventivas e corretivas e responsáveis**;
- vincula cada risco a **marcos específicos dos 90 dias iniciais**.

Assim, a relação entre **probabilidade e impacto** foi realizada **de forma objetiva, mensurável e metodologicamente adequada**, atendendo integralmente ao critério editalício.

Dessa forma, a **correlação entre probabilidade e impacto** foi realizada de forma **objetiva, mensurável e metodologicamente fundamentada**, atendendo **integralmente** ao critério previsto no edital, sem que haja qualquer previsão de exigência suplementar ou interpretação subjetiva não prevista no instrumento convocatório.

IV. DA INCONSISTÊNCIA DA JUSTIFICATIVA ATRIBUÍDA AO GNOSIS

A Comissão atribuiu pontuação parcial sob a alegação de que a proposta teria “apontado apenas 14 riscos” e “não relacionado probabilidade e impacto de forma detalhada”.

Referida justificativa revela-se tecnicamente e juridicamente insustentável, uma vez que:

1. o edital não estabelece quantidade mínima de riscos a ser identificada;
2. a metodologia PMBOK, utilizada como referência, não define número mínimo de riscos;
3. a correlação entre probabilidade e impacto encontra-se expressamente demonstrada para todos os riscos apresentados;
4. o nível de detalhamento adotado atende plenamente às etapas e padrões reconhecidos na literatura científica especializada.

Dessa forma, a Comissão introduziu requisito inexistente, substituindo metodologia validada e objetiva por juízo subjetivo próprio, o que torna a redução da pontuação injustificada e desprovida de amparo editalício.

V. DO TRATAMENTO DESIGUAL EM RELAÇÃO À AVANTE

A proposta apresentada pela Avante Social recebeu a pontuação máxima, sob fundamentação genérica de atendimento integral ao item avaliado.

Todavia, a análise documental evidencia que sua matriz de riscos:

- **adota escalas padronizadas de probabilidade e impacto;**
- **contém descrições genéricas e repetitivas;**
- **realiza a correlação entre probabilidade e impacto de modo equivalente à metodologia utilizada pelo Instituto GNOSIS;**
- **diferencia-se da proposta do GNOSIS unicamente pelo volume de informações e formato gráfico, e não por critérios metodológicos ou rigor técnico.**

Destarte, verifica-se que o mesmo padrão técnico, considerado insuficiente para o Instituto GNOSIS, foi aceito como plenamente satisfatório para a Avante Social, caracterizando tratamento desigual na aplicação do critério de julgamento, em manifesta afronta às disposições editalícias e à objetividade exigida pelo instrumento convocatório.

VI. DA INADEQUAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO APRESENTADA PELA FAS AO OBJETO DO CRITÉRIO EDITALÍCIO

A análise da matriz de risco apresentada pela **FAS (páginas 74 a 107)** evidência que o documento não se restringe aos riscos **inerentes ao cronograma de implantação do contrato**, conforme exige o item 3.2.2 do edital, mas consiste em **um inventário amplo de riscos operacionais permanentes**, muitos deles aplicáveis à **operação contínua da unidade**, independentemente da fase inicial de implantação.

Tal inadequação pode ser demonstrada de forma objetiva, a partir de **exemplos concretos de riscos efetivamente listados** na proposta da FAS:

VI.1. Riscos assistenciais continuados (não vinculados à implantação)

A matriz apresentada pela FAS inclui, exemplificativamente, riscos relacionados a:

- **ocorrência de eventos adversos assistenciais durante o atendimento aos usuários;**
- **falhas na assistência clínica prestada aos pacientes;**
- **não conformidades assistenciais identificadas em auditorias internas.**

Tais riscos não decorrem da fase de implantação, mas da rotina assistencial permanente, podendo ocorrer em qualquer momento da vigência contratual, inclusive após a completa estabilização do serviço. Portanto, não se trata de risco do cronograma de implantação, mas de risco inerente à atividade assistencial contínua.

VI.2. Riscos regulatórios recorrentes (fiscalização continuada)

- autuações por órgãos de vigilância sanitária;
- interdições administrativas decorrentes de fiscalizações regulares;
- penalidades por descumprimento de normas sanitárias ou regulatórias.

Esses riscos não estão associados ao processo inicial de implantação, mas à manutenção da conformidade regulatória ao longo de toda a execução do contrato, independentemente do cronograma dos primeiros três meses. Trata-se, portanto, de riscos regulatórios permanentes, e não riscos de implantação.

VI.3. Riscos estruturais e de longo prazo

- obsolescência de equipamentos;
- necessidade futura de adequações estruturais;
- degradação física das instalações ao longo do tempo.

Tais eventos não se vinculam ao cronograma inicial de implantação, mas a fenômenos de médio e longo prazo, incompatíveis com o recorte temporal de 90 dias exigido pelo edital. São, portanto, riscos estruturais, não riscos da fase inicial de implantação.

VI.4. Riscos de operação plena dos serviços

A matriz da FAS contempla riscos como:

- sobrecarga assistencial decorrente do aumento de demanda;
- insuficiência de capacidade instalada frente ao volume de atendimentos;
- falhas em fluxos assistenciais já consolidados.

Esses riscos pressupõem que o serviço já esteja implantado, operacional e em funcionamento regular, não sendo riscos próprios da etapa de implantação, mas da operação plena. O edital exigiu avaliação de riscos específicos à implantação inicial, não da operação estabilizada.

VI.5. Riscos relacionados a políticas públicas e redes temáticas (RAPS, SAE, CEREST)

- alterações nas diretrizes de políticas públicas de saúde;
- mudanças na organização da RAPS, SAE, CEREST e demais redes temáticas;

- impactos de decisões administrativas externas à gestão do contrato.

Tais riscos são exógenos ao cronograma de implantação, decorrem de decisões institucionais e políticas públicas que podem ocorrer a qualquer tempo, sem relação direta com a execução das etapas iniciais do contrato. São, portanto, riscos sistêmicos e institucionais, não riscos de implantação.

VI.6. Riscos sistêmicos permanentes (TI, vigilância e transporte)

- falhas em sistemas de tecnologia da informação já consolidados;
- interrupções em sistemas de vigilância sanitária ou epidemiológica;
- problemas estruturais no transporte sanitário.

Esses riscos dizem respeito à infraestrutura permanente de apoio à operação, não guardando relação direta com as atividades de implantação previstas para os três primeiros meses. Novamente, trata-se de riscos operacionais continuados, e não de riscos do cronograma de implantação.

Ainda assim, a FAS foi pontuada com nota máxima, enquanto o GNOSIS, que apresentou matriz **estritamente aderente ao cronograma de implantação**, foi penalizado.

VII. DA QUEBRA DO JULGAMENTO OBJETIVO

A análise comparativa evidencia que:

- o GNOSIS foi penalizado por critérios não previstos no Edital;
- a Avante foi recebeu pontuação máxima com padrão técnico equivalente;
- a FAS foi recebeu pontuação máxima, mesmo apresentando documento fora do escopo do critério.

O julgamento deixou de ser objetivo, violando os princípios da isonomia, motivação e vinculação ao edital.

VIII. CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta demonstrado que:

- o Instituto GNOSIS atendeu integralmente às exigências do item 3.2.2 do edital;
- a justificativa para atribuição de pontuação parcial carece de fundamento técnico e científico;
- houve tratamento desigual entre as proponentes na aplicação dos critérios de julgamento.

Dessa forma, requer-se a revisão da pontuação atribuída, com o reconhecimento do atendimento completo ao item 3.2.2 e a consequente atribuição da pontuação máxima de 0,20 ao Instituto GNOSIS.

4. DOS ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 3.2 COMPROVAÇÃO DE USO DE SISTEMA DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS EM UNIDADE DE SAÚDE - PONTUAÇÃO: 0,20 - PONTUAÇÃO: 0,20 (PÁGINA 125 DO EDITAL)

A **comprovação do uso de sistema de prontuário eletrônico em unidade de saúde** foi apresentada de forma **robusta e suficiente**, em estrita observância às exigências do **item 3.3.2 do edital**. A documentação acostada atende, a **experiência continuada e efetiva** na utilização do referido sistema em unidades de saúde, por período **superior a 120 (cento e vinte) meses**, por meio de **atestados, certificados, instrumentos contratuais e evidências objetivas de uso do sistema**. Assim, a pontuação atribuída revela-se **incompatível com o conjunto probatório apresentado**, caracterizando **subavaliação indevida na aplicação do critério**, o que impõe a revisão da nota conferida.

Ressalte-se, ainda, que a execução de **contrato de gestão na área da saúde** pressupõe, por sua própria natureza, o **registro sistemático, auditável e contínuo das informações assistenciais**, exigência que, à luz das práticas administrativas vigentes e das normas do SUS, **se concretiza por meio da utilização de sistemas de prontuário eletrônico**. Tal circunstância, aliada às provas documentais expressamente apresentadas, **reforça de forma a comprovação do atendimento ao item 3.3.2 do edital**, evidenciando a impropriedade da pontuação atribuída.

Esta análise encontra respaldo legal, especialmente nos seguintes dispositivos:

1. **Constituição Federal, art. 37, caput** – que impõe os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** na atuação da Administração Pública, incluindo a correta execução de contratos de gestão e avaliação das propostas.
2. **Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)** – arts. 7º e 14, que estabelecem a obrigatoriedade de **manter registros confiáveis e acessíveis das atividades de saúde**, condição operacionalmente atendida por sistemas de prontuário eletrônico.
3. **Lei nº 9.637/1998 (Organizações Sociais e Contratos de Gestão)** – arts. 2º, 3º e 5º, que determinam que contratos de gestão devem prever **metas, indicadores e monitoramento auditável das atividades**, exigindo registros informatizados contínuos.

4. **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), arts. 12, 17 e 165** – que asseguram julgamento **objetivo, vinculado ao edital**, e garantem o **direito ao recurso administrativo** em caso de pontuação ou avaliação incorreta.
5. **Normas do Ministério da Saúde (e-SUS AB / SISAB / CNES)** – que reforçam a necessidade de **registro eletrônico das atividades assistenciais** em unidades de saúde sob gestão de OS.

I. DO CRITÉRIO EDITALÍCIO (OBJETIVO)

Para fins de correta compreensão da controvérsia, transcreve-se abaixo o critério de pontuação previsto no Anexo II do Edital, item 3.3.2:

ITEM “3.3.2. Comprovação de uso do sistema de prontuários eletrônicos em Unidade de saúde – Pontuação: 1,00 (máximo)

Será avaliada a experiência da candidata em termos de tempo de atividade de gestão de unidades de saúde, com utilização de Prontuário Eletrônico do Paciente. A proponente deverá comprovar, para tanto, a **utilização de prontuário eletrônico em Unidade de saúde.**

Este item será avaliado pela apresentação de documentos, que comprovem a experiência da OSS em termos de tempo de atividade com utilização de Prontuário Eletrônico.

Para finalidade de avaliação deste critério, os documentos comprobatórios deverão ser atestados ou certificados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou contratos que comprovem a experiência OSS, devendo conter, imprescindivelmente:

No caso de atestados ou certificados:

- A identificação da pessoa jurídica emitente;
- O nome e o cargo da autoridade signatária;
- Timbre do emitente;
- Tempo de uso do sistema de prontuários eletrônicos.

No caso de contratos:

- Período de vigência do contrato;

- Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da OSS.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
Entre 12 meses e 36 meses	0,10 ponto
Acima de 36 meses até 60 meses	0,30 ponto
Acima de 60 meses até 120 meses	0,50 ponto
Acima de 120 meses	1,00 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA	1,00 ponto

A tabela editalícia é clara:

- acima de **120 meses** → **1,00 ponto**

Não há previsão de:

- avaliação qualitativa;
- limitação de contratos;
- escolha de apenas um vínculo;
- teto máximo artificial de contagem.

O único parâmetro é o tempo total comprovado.

II. DA DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão atribuiu ao Instituto GNOSIS **0,50 ponto**, sob a justificativa de que teria sido comprovado período “acima de 60 meses até 120 meses”, conforme documentos constantes das **páginas 3.012 a 3451**.

III. DO TEMPO EFETIVAMENTE COMPROVADO PELO INSTITUTO GNOSIS

Para fins de aplicação objetiva do critério previsto no item 3.3.2 do Edital, o Instituto GNOSIS apresenta, abaixo, a tabela proposta de consolidação do tempo de experiência em uso de Prontuário Eletrônico do Paciente, elaborada a partir dos contratos, atestados e declarações efetivamente apresentados na Proposta Técnica, todos devidamente analisados pela Comissão, conforme indicação expressa das páginas correspondentes.

Tabela – Consolidação Analítica do Tempo de Experiência em Prontuário Eletrônico- (itens 1; 2; 3; 4 identificam apenas as comprovações de experiência em Prontuário Eletrônico em períodos não concomitantes.

ITEM	CONTRATO / DECLARAÇÃO	PERÍODO COMPROVADO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO TÉCNICA	PERÍODO
1	Declaração de Experiência em Prontuário Eletrônico - SMS Rio de Janeiro	01/03/2015 a 24/01/2020	3012 (de 3013 até 3041 estão apresentados os atestados de capacidade técnica referentes aos contratos de gestão que utilizavam o PEP)	Marco inicial da experiência em 01/03/2015	58 meses
2	Aptolls- Contratos e Aditivos	02/04/2020 a 06/07/21	3042 até 3088	Complemento da Comprovação de Tempo: 02/04/2020 até 05/09/2020 (início comprovação TECTRA – AB Maricá)	5 meses
	Vitae Soluções	01/08/21 até presente data	3089 até 3179 (vai até 3207, mas foi desconsiderado termos aditivos sem assinatura)	Período concomitante	Período concomitante
	MV Informática	01/08/2018 até 01/02/2022	3208 até 3261	Período concomitante	Período concomitante
3	Tectra – AP 2.1	21/07/2021 até presente data	3263 até 3319	Complemento da comprovação de tempo: 27/02/2025 até 14/12/2025 (data certame)	9 meses
	Tectra – AP 5.1	05/08/2021 a 18/07/2025	3320 até 3356	Período concomitante	Período concomitante
4	Tectra – AB Maricá	05/09/2020 a 27/02/2025	3358 até 3422	Período comprovado 05/09/2020 até 27/02/2025	53 meses
	Medilab	01/02/2023 a 14/12/2025	3424 até 3451	Período concomitante	Período concomitante

A partir da consolidação dos períodos devidamente comprovados, **com a exclusão dos intervalos concomitantes** e a **consideração exclusiva de meses completos**, resta objetivamente demonstrado que o Instituto GNOSIS possui **10 anos e 5 meses de experiência, equivalentes a 125 meses**, na utilização de sistema de Prontuário Eletrônico do Paciente em unidades de saúde sob sua gestão, abrangendo o período de março de 2015 a dezembro de 2025, conforme documentação apresentada.

Todos os períodos indicados decorrem de documentos válidos, contendo identificação do emitente, vigência contratual, objeto compatível e comprovação expressa do uso de prontuário eletrônico, sendo observados e não computados os termos aditivos que não continham assinatura.

Em caso da Comissão realizar a apuração considerando períodos concomitantes, o Instituto Gnosis atinge **296 meses**.

Assim, por estrita aplicação da tabela de pontuação prevista no item 3.3.2 do Edital, a pontuação devida é **1,00 ponto**, por superar amplamente o marco de 120 meses de experiência.

IV. DA REGRA CORRETA DE APLICAÇÃO DA TABELA

A aplicação correta do item 3.3.2 é puramente matemática:

- Tempo comprovado: **125 meses** excluindo períodos concomitantes e **296 meses**, incluindo os períodos concomitantes.
- Faixa editalícia: **acima de 120 meses**

V. DO ERRO OBJETIVO DA COMISSÃO

A Comissão incorreu em **erro objetivo de julgamento**, pois:

- o edital **não autoriza limitar a contagem a 120 meses**;
- não existe critério de “escolha” de contratos;
- períodos concomitantes **não se excluem automaticamente**, pois o edital exige **experiência**, e não “linha do tempo exclusiva”;
- o tempo comprovado **excede amplamente** o patamar máximo da tabela.

Uma vez ultrapassado o marco de 120 meses, a pontuação é automaticamente 1,00 ponto.

Não há margem interpretativa.

- Pontuação devida: **1,00 ponto**

Qualquer pontuação inferior **contraria diretamente o edital**.

VI. CONCLUSÃO (INEVITÁVEL)

Diante do exposto, resta comprovado de forma **documental, objetiva e inequívoca** que:

- o Instituto GNOSIS comprovou **experiência muito superior a 120 meses** no uso de prontuário eletrônico;
- a Comissão **reconheceu os documentos**, mas **aplicou critério inexistente** ao limitar a contagem;
- o erro é **objetivo, mensurável e verificável**;
- a pontuação correta, por estrita aplicação do edital, é **1,00 ponto**.

REQUER-SE, portanto, a revisão da pontuação do item 3.3.2, com a majoração de 0,50 para 1,00 ponto.

5. DOS ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 3.5 AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL - PONTUAÇÃO: 0,20 (PÁGINA 126 DO EDITAL)

No que se refere ao item 3.3.5 – Avaliação do currículo do Enfermeiro Responsável Técnico pela Organização Social, cumpre esclarecer que, embora o título acadêmico (MBA/Mestrado) não tenha sido anexado nesta oportunidade, todas as informações referentes à qualificação da profissional estão claramente demonstradas no Currículo Lattes, contendo diplomas, certificados e tempo de experiência.

Ressalta-se que o edital exigiu expressamente a apresentação do Currículo Lattes, o qual foi integralmente apresentado e apresenta de forma clara, detalhada e auditável todas as informações previstas pelo instrumento convocatório. (conforme páginas 5277 a 5368).

1) Lei nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização)

Esta lei, veda a exigência de prova relativa a fato já comprovado por documento válido previamente apresentado ao mesmo órgão ou entidade da Administração Pública.

Nesse contexto, cumpre destacar que o Instituto **participou de diversos chamamentos públicos promovidos pelo Município de Maricá**, incluindo o **Chamamento Público nº 005/2025**, no qual a mesma documentação apresentada neste processo **foi devidamente juntada e aceita pela comissão**, comprovando diplomas, certificados e tempo de experiência.

ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA TÉCNICA-ECONÔMICA

Processo Administrativo nº: 17905/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2025

Nome da OS: INSTITUTO GNOSIS

CNPJ: 10.635.117/0001-03

1. OBJETIVO DA ANÁLISE

Avaliar o Plano de Trabalho apresentado pela OS conforme os critérios definidos no edital, com foco em sua aderência às diretrizes da política pública, exequibilidade, economicidade e capacidade de alcançar os resultados pretendidos pela Administração Pública.

3.5 Avaliação do currículo do Enfermeiro Responsável Técnico pela Organização Social.			
CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	0,50 pontos	0,30 pontos
MBA em Gestão de saúde	0,10		
Mestrado ou doutorado em saúde	0,20		
Experiência profissional de até 10 anos na Gestão de saúde pública ou privada	0,10		
Experiência profissional acima de 10 anos na Gestão de saúde pública ou privada	0,20		

Assim, a pontuação ora atribuída **não refletiu o conjunto probatório válido previamente disponibilizado**, caracterizando **subavaliação indevida**, o que reforça a necessidade de **reconsideração da nota conferida**.

2) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)

Consagra princípios como razoabilidade, eficiência e formalismo moderado. Permite diligência para complementação ou esclarecimento de documentação, evitando inabilitação automática por excesso de formalismo. Não revoga a Lei 13.726/2018, funcionando de forma complementar.

3) Jurisprudência e entendimentos administrativos

TCU e TCEs estaduais reiteram que a Administração não deve inabilitar licitante por falha meramente formal quando o documento já existe em seus arquivos e comprova o requisito exigido.

É exigida boa-fé e colaboração do licitante, indicando onde a documentação já se encontra, o que a GNOSIS cumpriu ao referenciar o item 3.3.4.

4) TCU — Formalismo moderado e diligências para sanar falhas documentais

Acórdão nº 1.211/2021 e 2.443/2021 (Plenário): entenderam que é possível **incluir documento novo para corrigir erro material**, ou seja, há espaço para sanar falhas materiais quando se preserva o conteúdo probatório essencial.

Exemplos de acórdãos que consolidam esse entendimento:

- **Acórdão 11907/2011 – Segunda Câmara** – determina a promoção de diligências para esclarecer eventual incerteza em documentos apresentados.
- **Acórdão 1795/2015 – Plenário** – reforça que a Administração deve priorizar **conteúdo sobre formalismo extremo**.

5) TCU — Complementação permitida pela nova Lei de Licitações

O artigo 64 da **Lei nº 14.133/2021** estabelece, de forma clara, que **após a entrega dos documentos não será permitida a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de **diligência para complementar informações ou atualizar documentos cuja validade tenha expirado após o recebimento das propostas**. Essa previsão legal foi interpretada pelo TCU como instrumento legítimo para promover **competitividade e evitar inabilitações por formalismo excessivo** quando a condição já existia previamente ao certame.

Diante de todo o exposto, o Instituto Gnosis requer:

- Requer, inicialmente, o conhecimento do presente recurso, por ser tempestivo e cabível, com a preservação do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, e com a observância dos princípios do art. 37, caput, especialmente legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.
- Requer, no mérito, a reconsideração do resultado preliminar, com a reanálise integral e motivada da pontuação atribuída ao Instituto Gnosis;

3.5 Avaliação do currículo do Enfermeiro Responsável Técnico pela Organização Social. Será avaliado o currículo do profissional enfermeiro, responsável técnico da OS registrado no COREN, com os documentos comprobatórios e títulos que possuir relativos à tabela de pontuação, que devem ser anexados com o currículo obrigatoriamente no formato Lattes/CNPq, bem como comprovação de vínculo com a instituição.		0,50 pontos	0,00 ponto
CRITÉRIO	PONTUAÇÃO		
MBA em Gestão de saúde	0,10		
Mestrado em saúde	0,20		
Experiência profissional acima de 10 anos na Gestão de saúde pública ou privada	0,20		

B. QUANTO À ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA DO INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE – AVANTE SOCIAL

1. DO CRITÉRIO 3.4.2 VALOR GLOBAL DA PROPOSTA ECONÔMICA – Pontuação: 0,50 (máximo) DO INSTITUTO JURÍDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E SAÚDE – AVANTE SOCIAL (PÁGINA 128 DO EDITAL)

I. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO ESTABELECIDO

O critério de pontuação estabelece que a atribuição de pontos está condicionada ao **atendimento integral à estrutura mínima e aos modelos de planilhas definidos no roteiro**, não se limitando à simples comparação de valores globais.

De forma expressa, o critério dispõe nas **páginas 129 e 130** do edital que:

“Neste item, as Propostas Econômicas serão pontuadas de acordo com o valor global apresentado, sendo hierarquizadas conforme a tabela de pontuação abaixo. **Caso o proponente não atenda às especificações não poderá pontuar neste item. As propostas serão só serão classificadas se atenderam integralmente aos modelos de planilhas disponíveis** na sequência deste item, sendo classificadas com a melhor pontuação aquelas que apresentaram menor preço global, conforme quadro abaixo.”.

“A proposta econômica deverá ser apresentada obedecendo os modelos e a estrutura apresentada na sequência. A Proponente poderá organizar a ordem de apresentação como lhe for conveniente, **desde que respeite a estrutura mínima definida neste roteiro**. O resumo abaixo descreve **minimamente cada modelo de planilha a ser apresentado, para na sequência apresentá-las de forma individualizada**:

3.4.2.1 PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS

“Planilha a ser apresentada por unidade de saúde, contendo todo o detalhamento de recursos humanos, bem como seus encargos e provisionamentos inerentes ao regime de contratação”.

O modelo de Planilha de Recursos Humanos, **página 133 do Edital**, como também a **Nota 1 na página 134**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS								
"NOME DA UNIDADE" + CONSOLIDADO								
"REGIME CLT"								
SETOR / DEPARTAMENTO	CATEGORIA PROFISSIONAL	SALÁRIO BASE	CH / SEMANA	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	INSALUBRIDADE	ADICIONAL NOTURNO	GRATIFICAÇÃO	SALÁRIO TOTAL
SUBTOTAL					R\$	R\$	R\$	R\$
ENCARGOS E PROVISIONAMENTO							%	VALOR
Grupo A	INSS - Empresa						0,00%	R\$ -
	INSS - Terceiros + FAP						0,00%	R\$ -
	SAT						0,00%	R\$ -
	PIS						0,00%	R\$ -
	FGTS						0,00%	R\$ -
Grupo B	13º SAL.						0,00%	R\$ -
	Abono de Férias						0,00%	R\$ -
	Férias proporcionais acumuladas em caso de demissão coletiva						0,00%	R\$ -
Grupo C	Férias integrais com reposição de quadro						0,00%	R\$ -
	Aviso Prévio indenizado						0,00%	R\$ -
	Aviso Prévio (dias extras legais)						0,00%	R\$ -
	13º salário (Lei nº 12.506/11)						0,00%	R\$ -
	Férias e Abono Constitucional sobre Lei nº 12.506/11						0,00%	R\$ -
Grupo D	Multa FGTS						0,00%	R\$ -
Grupo E	Encargos Patronais						0,00%	R\$ -
Grupo F	Outros Encargos & Provisionamento (DETALHAR)						0,00%	R\$ -
Total Provisões							0,00%	R\$ -
Total Encargos							0,00%	R\$ -
SUBTOTAL (Encargos + Provisões)							0,00%	R\$ -
BENEFÍCIOS								
TIPO DE BENEFÍCIO					QT. DIAS UTEIS	VLR. DIÁRIO P/ COLABORADOR	SUB TOTAL	
						R\$ -	R\$ -	
						R\$ -	R\$ -	
SUBTOTAL							R\$ -	
TOTAL GERAL (SALÁRIOS + ENCARGOS + PROVISÃO + BENEFÍCIOS)								R\$ -

Nota 1: A OS Proponente deverá apresentar uma PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS por unidade, conforme o modelo acima. Caso opte por adotar regime de contratação através de Pessoa Jurídica, deverá apresentar, em outra planilha, conforme modelo abaixo, sua proposta de dimensionamento.

3.4.2.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO (12 MESES)

“Cronograma a ser apresentado por unidade de saúde e, na sequência, no mesmo modelo proposto, Cronograma Consolidado agrupando o custeio detalhado das unidades objeto deste Processo de Seleção. O Cronograma de Desembolso detalhado deverá conter as despesas mensais de custeio detalhadas para os 12 (doze) meses previstos para o Contrato de Gestão.”

O modelo de Cronograma de Desembolso detalhado da página 136 do Edital, como também a **Nota, página 138**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

MODELO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – 12 MESES

"NOME DA UNIDADE"										
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO										
RUBRICAS	1º TRIMESTRE			XXX TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			TOTAL CONTRATUAL
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS ...	MÊS ...	MÊS ...	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	12 MESES
a1) Custos Operacionais da Executora (máximo 5%)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b1) Remuneração de Pessoal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b2) Benefícios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b3) Encargos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b4) Provisionamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b5) Outras Formas de Contratação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c1) Medicamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c2) Material Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c3) Material Expediente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c4) Material de Higieneização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c5) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d1) Energia Elétrica	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d2) Água e Esgoto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d3) Limpeza Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d4) Segurança / Vigilância	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
...										
d29) Serviços médicos especializados	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d30) Locação de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d31) Manutenção de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d32) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1) Telefonia e Internet Banda Larga	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e2) Biometria e Software de gestão de pessoas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e3) Saúde ocupacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e4) Locação de veículos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e5) Combustíveis e lubrificantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e6) Seguros - Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e7) Seguros - Predial e Equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e8) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: A Proponente deverá apresentar um Cronograma de Desembolso detalhado para os 12 meses previstos para o Contrato de Gestão, mês a mês, por unidade de saúde, conforme o modelo acima, bem como Cronograma de Desembolso Consolidado, agrupando as despesas das unidades de saúde em um único Cronograma.

3.4.2.3 RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA

“Planilha resumo do CONTRATO DE GESTÃO, contendo os 5 principais grupos de custeio + investimento, consolidando o valor por exercício financeiro e o valor global da proposta financeira apresentada pela Proponente”.

O modelo de Resumo Global da Proposta e a **Nota, página 139 do Edital**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA

TOTAL DO CUSTEIO					
RESUMO - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
RUBRICAS	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	TOTAL 12 MESES
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: A OS Proponente deverá apresentar um cronograma resumo POR UNIDADE, conforme modelo acima, bem como CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO CONSOLIDADO, agrupando as despesas a serem desembolsadas para as unidades em um único cronograma trimestral.

Assim, o atendimento aos modelos e à estrutura mínima constitui **condição prévia e obrigatória de admissibilidade do critério**, somente sendo possível a aplicação da pontuação por ranking **após verificado esse atendimento**.

Embora o edital permita flexibilidade quanto à **ordem de apresentação** dos documentos, é expresso ao exigir o **respeito à estrutura mínima dos modelos**, não sendo admitida apenas a apresentação consolidada quando o critério exige segregação por unidade.

II. DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS DA PROPONETE AVANTE SOCIAL

A proponente AVANTE adotou modelo compatível com o solicitado; entretanto, apresentou exclusivamente os custos de Recursos Humanos de forma consolidada, sem a discriminação dos custos por unidade, em desacordo com o disposto na página 133 do Edital, que estabelece de forma clara a obrigatoriedade de apresentação da planilha modelo de custos de Recursos Humanos por unidade e também de forma consolidada.

A ausência de segregação por unidade **impede a verificação objetiva do custo de pessoal vinculado a cada serviço**, comprometendo a análise da economicidade nos exatos termos do roteiro.

Dessa forma, embora haja informação econômica, **não houve atendimento integral à estrutura mínima exigida** para a planilha de custos de Recursos Humanos.

III. DA APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO DA PROPONENTE AVANTE SOCIAL

Situação idêntica verifica-se quanto a apresentação do **Cronograma de Desembolso**.

A proponente apresentou **cronograma no modelo correto**, com discriminação mensal, porém **de forma consolidada**, sem cumprir com a exigida **apresentação do cronograma por unidade**.

O critério não exige apenas a existência de um cronograma, mas sim a apresentação que permita identificar **como e quanto cada unidade demandará de recursos ao longo dos 12 meses**, o que não se verifica quando o desembolso é apresentado de forma global.

Assim, também nesse ponto, a proposta **não atende à estrutura mínima exigida pelo critério de pontuação**.

IV. DA APRESENTAÇÃO DO RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE AVANTE SOCIAL

A mesma inconsistência verifica-se na apresentação do resumo global da proposta

V. DA CONSEQUÊNCIA DAS INCONFORMIDADES DE APRESENTAÇÃO PARA PONTUAÇÃO NO CRITÉRIO DE ECONOMICIDADE

As três inconformidades apontadas — ausência de apresentação da **planilha de Recursos Humanos por unidade, cronograma de desembolso detalhado por unidade e Cronograma Resumo por unidade** — não configuram meros vícios formais, mas **descumprimento do critério de pontuação**.

Nessas condições, a proposta **não se encontrava apta à classificação no critério de economicidade**, sendo indevida a atribuição de pontuação, ainda que parcial, com base exclusivamente em ranking de valores.

Ressalte-se que **não se pleiteia a desclassificação da proposta**, mas apenas o reconhecimento de que **não houve atendimento aos critérios estabelecidos para pontuação**, o que inviabiliza a atribuição de pontos no item 3.4.2.

VI. CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta demonstrado que:

- o critério 3.4 exige **atendimento integral à estrutura mínima dos modelos** como condição prévia de pontuação;
- a proponente AVANTE utilizou os modelos corretos, porém apresentou a planilha de Recursos Humanos, Cronograma de Desembolso e Cronograma Resumo de forma consolidada, sem a segregação por unidade exigida;
- tal apresentação não atende integralmente ao critério de economicidade;
- a pontuação atribuída, ainda que parcial, não encontra respaldo no texto do critério de pontuação.

Dessa forma, requer-se a **revisão da pontuação atribuída à proponente AVANTE SOCIAL no item 3.4 – Economicidade**, com a consequente **exclusão da pontuação indevidamente concedida (0,05)**.

2 - ITEM 3.1 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - 3.3.5 AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL – PONTUAÇÃO: 0,50 (PÁGINA 126 DO EDITAL)

I. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO ESTABELECIDO

Neste item será avaliado o currículo do profissional enfermeiro, responsável técnico da OS registrado no COREN, com os documentos comprobatórios e títulos que possuir relativos à tabela de pontuação, que devem ser anexados com o currículo obrigatoriamente no formato Lattes/CNPq, bem como comprovação de vínculo com a instituição.

CRITÉRIO PONTUAÇÃO	
MBA em Gestão de saúde	0,10 ponto
Mestrado em saúde	0,20 ponto
Experiência profissional acima de 10 anos em saúde pública ou privada	0,20 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA	0,50 ponto

Após análise da documentação apresentada, verifica-se que:

- MBA em Gestão de Saúde – não foi apresentado;
- Registro no COREN – consta como irregular;
- Comprovação de vínculo como responsável técnico da OS – não foi apresentada;

- Experiência profissional acima de 10 anos em saúde pública ou privada – não há comprovação documental.

II. ENQUADRAMENTO TÉCNICO E JURÍDICO

O item 3.3.5 exige, expressamente: o currículo do enfermeiro no formato Lattes/CNPq; comprovação documental dos títulos; comprovação de vínculo com a OS; registro regular no COREN e experiência profissional superior a 10 anos.

À luz dos princípios da legalidade, vinculação ao edital e isonomia entre os licitantes, não é possível atribuir pontuação sem a correspondente comprovação documental. A ausência de qualquer requisito essencial inviabiliza a avaliação positiva do critério.

III. CONCLUSÃO

Diante da ausência de: MBA, registro regular no COREN, comprovação de vínculo com a OS e comprovação de experiência acima de 10 anos, conclui-se que a proponente não atende aos requisitos do item 3.3.5. Portanto, a pontuação a ser atribuída é: 0,00 ponto.

3. DA PAGINAÇÃO E ASSINATURA – ITEM 7.1.2 – (PÁGINA 10 DO EDITAL)

Conforme Item 7.1.2 A Proposta deverá ser apresentada, **obrigatoriamente**, em uma via impressa, acompanhada de mídia digital (pen drive), contendo o mesmo conteúdo, em arquivo no formato “PDF-A”, com limite máximo de 50 (cinquenta) MB por arquivo, em **papel timbrado** da pessoa jurídica, com suas folhas **numeradas**, conforme exemplo: (1/60, 2/60, 3/60...), encabeçada por **índice indicando as respectivas páginas dos tópicos existentes**, com a **assinatura e identificação do responsável legal pela pessoa jurídica na última página**, com **rubrica** em todas as outras, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido.

I – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

“Constatou-se que a proponente não observou as exigências formais previstas no edital, uma vez que deixou de numerar as páginas de sua proposta conforme previsão editalícia e o documento não foi assinado pelo responsável legal da empresa. A ausência desses elementos compromete a **integridade, autenticidade e formalidade da proposta**, configurando descumprimento de requisitos essenciais do instrumento convocatório, em afronta aos princípios da **legalidade, vinculação ao edital e isonomia entre os licitantes**, previstos na Administração Pública.”

II - IMPOSSIBILIDADE DE VALIDAÇÃO DA PROPOSTA

- A ausência de **numeração das páginas** e **assinatura do responsável legal** compromete a **integridade, autenticidade e rastreabilidade** do documento, impossibilitando sua plena validação.
- Em termos práticos, a Comissão **não pode considerar a proposta formalmente regular**.

III - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO ESSENCIAL DO EDITAL

- Tais falhas configuram **inadimplemento formal de exigência essencial**, que, segundo a legislação de licitações (Lei nº 14.133/2021, art. 60, §1º, e art. 7º), **autoriza a desclassificação da proposta ou a glosa de pontuação técnica**, sem margem para interpretação subjetiva.

IV - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Legalidade:** A proposta não atende aos critérios previstos no edital.
- **Isonomia:** Permitir pontuação ou aceitação da proposta com falhas formais daria **tratamento desigual** em relação aos demais licitantes que cumpriram todas as exigências.
- **Vinculação ao edital:** A Administração deve seguir estritamente o instrumento convocatório; flexibilizar exigências formais **configura violação ao edital**.

V - CONCLUSÃO

- A proposta **não pode ser considerada para fins de pontuação técnica**.
- Eventual atribuição de pontos ou aceitação da proposta com tais falhas poderia **ser questionada judicialmente ou em auditoria**, expondo o órgão a **risco de nulidade do certame ou responsabilização administrativa**.

4. DA DECLARAÇÃO DE CONTABILIZAÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS – ITEM 7.1.2 G – (PÁGINA 13 DO EDITAL) – (PÁGINA 13 DO EDITAL)

I. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO ESTABELECIDO

Conforme edital previsão editalícia Item 7.1.2 G, exige a Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas do pessoal que irá atuar na execução do objeto do Contrato, incluindo os decorrentes de normas coletivas do trabalho aplicáveis, na forma do **ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTABILIZAÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS**.

II. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO ESSENCIAL DO EDITAL

“Verificou-se que a proponente **não apresentou a Declaração exigida no ANEXO VI do edital**, na qual deveria atestar que sua proposta econômica **compreende a integralidade dos custos trabalhistas e encargos sociais** do pessoal que atuará na execução do objeto do contrato, incluindo os decorrentes de normas coletivas aplicáveis.

A ausência dessa declaração configura **descumprimento de requisito essencial do edital**, comprometendo a regularidade formal da proposta econômica e impedindo a análise adequada da compatibilidade dos custos apresentados com a legislação trabalhista vigente.

À luz dos princípios da **legalidade, vinculação ao edital e isonomia entre os licitantes**, **não é juridicamente possível aceitar ou pontuar a proposta econômica da proponente sem a apresentação da referida declaração**, sob pena de violação direta ao edital e tratamento desigual em relação aos demais licitantes que cumpriram integralmente os requisitos formais.”

C. QUANTO A ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES - FAS

1. CRITÉRIO 3.4.2 VALOR GLOBAL DA PROPOSTA ECONÔMICA – Pontuação: 0,50 (máximo) DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES - FAS

I. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO ESTABELECIDO

O critério de pontuação estabelece que a atribuição de pontos está condicionada ao **atendimento integral à estrutura mínima e aos modelos de planilhas definidos no roteiro**, não se limitando à simples comparação de valores globais.

De forma expressa, o critério dispõe nas páginas 129 e 130 do edital que:

*“Neste item, as Propostas Econômicas serão pontuadas de acordo com o valor global apresentado, sendo hierarquizadas conforme a tabela de pontuação abaixo. **Caso o proponente não atenda às especificações não poderá pontuar neste item. As propostas serão só serão classificadas se atenderam integralmente aos modelos de planilhas disponíveis na sequência deste item, sendo classificadas com a melhor pontuação aquelas que apresentaram menor preço global, conforme quadro abaixo:**”.*

*“A proposta econômica deverá ser apresentada obedecendo os modelos e a estrutura apresentada na sequência. A Proponente poderá organizar a ordem de apresentação como lhe for conveniente, **desde que***

respeite a estrutura mínima definida neste roteiro. O resumo abaixo descreve **minimamente cada modelo de planilha a ser apresentado, para na sequência apresentá-las de forma individualizada:**

3.4.2.1 PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS

“Planilha a ser apresentada por unidade de saúde, contendo todo o detalhamento de recursos humanos, bem como seus encargos e provisionamentos inerentes ao regime de contratação”.

O modelo de Planilha de Recursos Humanos, **página 133 do Edital**, como também a **Nota 1 na página 134**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS								
PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS								
"NOME DA UNIDADE" + CONSOLIDADO								
"REGIME CLT"								
SETOR / DEPARTAMENTO	CATEGORIA PROFISSIONAL	SALÁRIO BASE	CH / SEMANA	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	INSALUBRIDADE	ADICIONAL NOTURNO	GRATIFICAÇÃO	SALÁRIO TOTAL
SUBTOTAL					R\$	R\$	R\$	R\$
ENCARGOS E PROVISIONAMENTO							%	VALOR
Grupo A	INSS - Empresa						0.00%	R\$
	INSS - Terceiros + FAP						0.00%	R\$
	SAT						0.00%	R\$
	PIS						0.00%	R\$
	FGTS						0.00%	R\$
Grupo B	13º SAL.						0.00%	R\$
	Abono de Férias						0.00%	R\$
	Férias proporcionais acumuladas em caso de demissão coletiva						0.00%	R\$
Grupo C	Férias integrais com reposição de quadro						0.00%	R\$
	Aviso Prévio indenizado						0.00%	R\$
	Aviso Prévio (dias extras legais)						0.00%	R\$
	13o salário (Lei nº 12.506/11)						0.00%	R\$
	Férias e Abono Constitucional sobre Lei nº 12.506/11						0.00%	R\$
Grupo D	Multa FGTS						0.00%	R\$
Grupo E	Encargos Patronais						0.00%	R\$
Grupo F	Outros Encargos & Provisionamento (DETALHAR)						0.00%	R\$
Total Provisões							0.00%	R\$
Total Encargos							0.00%	R\$
SUBTOTAL (Encargos + Provisões)							0.00%	R\$
BENEFÍCIOS								
TIPO DE BENEFÍCIO					QT. DIAS ÚTEIS	VLR. DIÁRIO P/ COLABORADOR	SUB TOTAL	
						R\$	R\$	
						R\$	R\$	
SUBTOTAL							R\$	
TOTAL GERAL (SALÁRIOS + ENCARGOS + PROVISÃO + BENEFÍCIOS)							R\$	

Nota 1: A OS Proponente deverá apresentar uma PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS por unidade, conforme o modelo acima. Caso opte por adotar regime de contratação através de Pessoa Jurídica, deverá apresentar, em outra planilha, conforme modelo abaixo, sua proposta de dimensionamento.

3.4.2.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO (12 MESES)

“Cronograma a ser apresentado por unidade de saúde e, na sequência, no mesmo modelo proposto, Cronograma Consolidado agrupando o custeio detalhado das unidades objeto deste Processo de Seleção. O Cronograma de Desembolso detalhado deverá conter as despesas mensais de custeio detalhadas para os 12 (doze) meses previstos para o Contrato de Gestão.”

O modelo de Cronograma de Desembolso detalhado da **página 136 do Edital**, como também a **Nota**, **página 138**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

MODELO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – 12 MESES

"NOME DA UNIDADE"											
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO											
RUBRICAS	1º TRIMESTRE			XXX TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			TOTAL CONTRATUAL	
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS ...	MÊS ...	MÊS ...	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	12 MESES	
a1) Custos Operacionais da Executora (máximo 5%)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
b1) Remuneração de Pessoal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
b2) Benefícios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
b3) Encargos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
b4) Provisionamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
b5) Outras Formas de Contratação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
c1) Medicamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
c2) Material Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
c3) Material Expediente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
c4) Material de Higienização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
c5) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d1) Energia Elétrica	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d2) Água e Esgoto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d3) Limpeza Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d4) Segurança / Vigilância	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

d29) Serviços médicos especializados	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d30) Locação de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d31) Manutenção de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
d32) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e1) Telefonia e Internet Banda Larga	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e2) Biometria e Software de gestão de pessoas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e3) Saúde ocupacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e4) Locação de veículos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e5) Combustíveis e lubrificantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e6) Seguros - Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e7) Seguros - Predial e Equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
e8) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

Nota: A Proponente deverá apresentar um Cronograma de Desembolso detalhado para os 12 meses previstos para o Contrato de Gestão, mês a mês, por unidade de saúde, conforme o modelo acima, bem como Cronograma de Desembolso Consolidado, agrupando as despesas das unidades de saúde em um único Cronograma.

3.4.2.3 RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA

“Planilha resumo do CONTRATO DE GESTÃO, contendo os 5 principais grupos de custeio + investimento, consolidando o valor por exercício financeiro e o valor global da proposta financeira apresentada pela Proponente”.

O modelo de Resumo Global da Proposta e a **Nota, página 139 do Edital**, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA					
TOTAL DO CUSTEIO					
RESUMO - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
RUBRICAS	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	TOTAL 12 MESES
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: A OS Proponente deverá apresentar um cronograma resumo POR UNIDADE, conforme modelo acima, bem como CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO CONSOLIDADO, agrupando as despesas a serem desembolsadas para as unidades em um único cronograma trimestral.

Assim, o atendimento aos modelos e à estrutura mínima constitui **condição prévia e obrigatória de admissibilidade do critério**, somente sendo possível a aplicação da pontuação por ranking **após verificado esse atendimento**.

Embora o edital permita flexibilidade quanto à **ordem de apresentação** dos documentos, é expresso ao exigir o **respeito à estrutura mínima dos modelos**, não sendo admitida apenas a apresentação consolidada quando o critério exige segregação por unidade.

II. DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS DA PROPONETE CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES - FAS

A proponente FAS adotou modelo compatível com o solicitado; entretanto, apresentou exclusivamente os custos de Recursos Humanos de forma consolidada, sem a discriminação dos custos por unidade, em desacordo com o disposto na **página 133 do Edital**, que estabelece de forma clara a obrigatoriedade de apresentação da planilha modelo de custos de Recursos Humanos por unidade e também de forma consolidada.

A ausência de segregação por unidade **impede a verificação objetiva do custo de pessoal vinculado a cada serviço**, comprometendo a análise da economicidade nos exatos termos do roteiro.

Dessa forma, embora haja informação econômica, **não houve atendimento integral à estrutura mínima exigida** para a planilha de custos de Recursos Humanos.

III. DA APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO DA PROPONETE FAS

Situação idêntica verifica-se quanto a apresentação do **Cronograma de Desembolso**.

A proponente apresentou **cronograma no modelo correto**, com discriminação mensal, porém **de forma consolidada**, sem cumprir com a exigida **apresentação do cronograma por unidade**.

O critério não exige apenas a existência de um cronograma, mas sim a apresentação que permita identificar **como e quanto cada unidade demandará de recursos ao longo dos 12 meses**, o que não se verifica quando o desembolso é apresentado de forma global.

Assim, também nesse ponto, a proposta **não atende à estrutura mínima exigida pelo critério de pontuação**.

IV. DA APRESENTAÇÃO DO RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE FAS

A mesma inconsistência verifica-se na apresentação do resumo global da proposta

V. DA CONSEQUÊNCIA NO CRITÉRIO DE ECONOMICIDADE

As três inconformidades apontadas — ausência de apresentação da **planilha de Recursos Humanos por unidade, cronograma de desembolso detalhado por unidade e Cronograma Resumo por unidade** — não configuram meros vícios formais, mas **descumprimento do critério de pontuação**.

Nessas condições, a proposta **não se encontrava apta à classificação no critério de economicidade**, sendo indevida a atribuição de pontuação, ainda que parcial, com base exclusivamente em ranking de valores.

Ressalte-se que **não se pleiteia a desclassificação da proposta**, mas apenas o reconhecimento de que **não houve atendimento aos critérios estabelecidos para pontuação**, o que inviabiliza a atribuição de pontos no item 3.4.2.

VI. CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta demonstrado que:

- o critério 3.4 exige atendimento integral à estrutura mínima dos modelos como condição prévia de pontuação;
- a proponente FAS utilizou os modelos corretos, porém apresentou a planilha de Recursos Humanos, Cronograma de Desembolso e Cronograma Resumo de forma consolidada, sem a segregação por unidade exigida;
- tal apresentação não atende integralmente ao critério de economicidade;

2 . DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – ITEM 3.2 PRONTUÁRIO ELETRÔNICO – (PÁGINA 125 DO EDITAL)

Avaliação do atendimento ao item 3.3.2 – Comprovação de uso do sistema de prontuários eletrônicos em Unidade de Saúde, para fins de pontuação técnica.

Trata-se de análise da documentação apresentada pela proponente FAS para fins de pontuação no item 3.3.2 do instrumento convocatório, que versa sobre a comprovação de experiência na utilização de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) em unidades de saúde.

Para atendimento ao referido item, a proponente apresentou o Anexo XVI – Experiência na Utilização de Sistema de Prontuário Eletrônico, porém consistente apenas em quadro descritivo contendo a relação de unidades de saúde, sistemas supostamente utilizados (MV, Vitai, Salux), períodos e tempo total alegado de experiência.

Entretanto, foram anexados os atestados, Cnes e Certificados quanto a relação contratual junto ao Município e que não comprovam o atendimento ao uso do sistema do prontuário eletrônico.

II – INCONSISTÊNCIA DE RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTÔNIO DE SALLES – FAS

Constatou-se que:

Toda a documentação técnica da proponente foi apresentada sob o **CNPJ nº 33.927.377/0001-40**, divergindo do nome empresarial **“CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS FRANCISCO ANTONIO DE SALLES”**;

Entretanto, os **atestados e contratos firmados com Municípios**, utilizados para fins de comprovação de experiência, indicam **denominações empresariais distintas**, a saber:

- **“ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CEPP”**;
- **“CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CEPP 28”**.

Não foi apresentada qualquer documentação capaz de **comprovar a identidade jurídica, sucessão, incorporação, alteração de denominação social ou vinculação formal** entre as entidades nominadas.

É princípio consolidado nos certames públicos que a **experiência técnica deve ser comprovada pela própria proponente**, não sendo admitida a utilização de experiência de terceiros.

A comprovação de capacidade técnica exige a **identidade plena** entre o CNPJ da proponente e o CNPJ constante nos documentos comprobatórios, **ou** comprovação formal de sucessão empresarial, alteração de razão social ou reorganização societária.

A simples semelhança de nomes, siglas ou atuação institucional não supre essa exigência.

Desta forma, para que a Comissão pudesse dar seguimento na conferência da documentação, seria necessário juntar o estatuto social e demais alterações para comprovar que tal documentação se referia a proponente.

ATESTADO































Atesto para os devidos fins que o Centro de Estudos e Pesquisas 28 – CEP28, inscrito no CNPJ sob o nº 33.927.377/0001-40, com sede na Rua do Ouvidor, nº 108 – 2º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ, possuidor do título de Organização Social em Saúde pelo município do Rio de Janeiro, é gestor do **Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro**, através do Contratos N° 003/2012, no período de **13 de março de 2012 até 12 de março de 2017, e do Contrato N° 001/2017, no período de 13 de março de 2017 até presente a data**, tendo como objeto a gestão, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro - AP 5.1.

Aos três dias do mês de outubro de 2022, de um lado o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **RODRIGO DE SOUSA PRADO**, brasileiro, Cirurgião Dentista, portador da Cédula de Identidade nº 10.735.362-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 081.560.837-33, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS - CEPP**, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, com sede na Rua da Assembleia 77, 20º andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 33.927.377/0001-40, nesta cidade, neste ato representada por seu Representante Legal **LEANDRO PACHECO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Administrador, portador da carteira de identidade nº 13176857 expedida por SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 074.107.996-84, após regular Chamamento Público nº 009/2022, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, e no Decreto Municipal nº 42.696/2016, e suas alterações, e consoante autorização do Srª Subsecretária de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência - SUBHUE, devidamente publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 35, em 09/05/2022, às fls. 32, assinam o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

Original assinado digitalmente por SAULUE LOPES DE SOUZA, em 09/10/2022, às 13h45min, 13
a da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser
confirmada pelo Tabelionato de Notas. Provimento nº 146/2023 CNJ

III – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

A proponente apresenta uma relação de anexos em sua proposta, para atestar a comprovação do uso do sistema, referenciando como Anexo XVI. Contudo na relação de anexos, não foi apresentado o mesmo, conforme verifica-se nos documentos digitais.

Nome	Status
 Anexo 08 - Experiência Gestão em Saúde - HMMR_Parte4	
 Anexo 09 - Experiência Gestão em Saúde - HMECG_Parte1	
 Anexo 09 - Experiência Gestão em Saúde - HMECG_Parte2	
 Anexo 10 - Experiência Gestão em Saúde - HMNSN e Postos de Urgência	
 Anexo 11 - Experiência Gestão em Saúde - HMJ	
 Anexo 12 - Experiência Gestão em Saúde - HMBR	
 Anexo 13 - Experiência Gestão em Saúde - HMMC e CER Leblon	
 Anexo 14 - Experiência Gestão em Saúde - HMC	
 Anexo 15 - Experiência Gestão em Saúde - Cegonha_Parte1	
 Anexo 15 - Experiência Gestão em Saúde - Cegonha_Parte2	
 Anexo 15 - Experiência Gestão em Saúde - Cegonha_Parte3	
 Anexo 15 - Experiência Gestão em Saúde - Cegonha_Parte4	
 Anexo 17 - Diretor Técnico do Projeto	
 Anexo 18 - Médico Responsável Técnico	
 Anexo 19 - Enfermeira Responsável Técnico	

IV – IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO

À luz dos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os licitantes, é juridicamente inviável a atribuição de pontuação a critério técnico desacompanhado da devida comprovação documental, sob pena de afronta direta ao edital e de concessão de tratamento desigual entre os proponentes.

V - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

- A proponente FAS não apresentou documentos comprobatórios exigidos pelo item 3.3.2 do edital;
- O Anexo XVI não foi apresentado e possui natureza meramente declaratória, não atendendo às exigências formais e materiais do instrumento convocatório;
- Não há comprovação válida do tempo de utilização de Prontuário Eletrônico do Paciente;
- O critério não pode ser considerado atendido;
- A pontuação correta a ser atribuída ao item 3.3.2 é de 0,00 (zero) ponto.

3. DA PAGINAÇÃO E ASSINATURA – ITEM 7.1.2 – (PÁGINA 10 DO EDITAL)

Conforme Item 7.1.2 A Proposta deverá ser apresentada, **obrigatoriamente**, em uma via impressa, acompanhada de mídia digital (pen drive), contendo o mesmo conteúdo, em arquivo no formato “PDF-A”, com limite máximo de 50 (cinquenta) MB por arquivo, em **papel timbrado** da pessoa jurídica, com suas folhas **numeradas**, conforme exemplo: (1/60, 2/60, 3/60...), encabeçada por **índice indicando as respectivas páginas dos tópicos existentes**, com a **assinatura e identificação do responsável legal pela pessoa jurídica na última página**, com **rubrica** em todas as outras, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido.

I – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

“Constatou-se que a proponente não observou as exigências formais previstas no edital, uma vez que deixou de numerar as páginas de sua proposta conforme previsão editalícia e o documento não foi assinado pelo responsável legal da empresa. A ausência desses elementos compromete a **integridade, autenticidade e formalidade da proposta**, configurando descumprimento de requisitos essenciais do instrumento convocatório, em afronta aos princípios da **legalidade, vinculação ao edital e isonomia entre os licitantes**, previstos na Administração Pública.”

II - IMPOSSIBILIDADE DE VALIDAÇÃO DA PROPOSTA

- A ausência de **numeração das páginas** e **assinatura do responsável legal** compromete a **integridade, autenticidade e rastreabilidade** do documento, impossibilitando sua plena validação.
- Em termos práticos, a Comissão **não pode considerar a proposta formalmente regular**.

III - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO ESSENCIAL DO EDITAL

- Tais falhas configuram inadimplemento formal de exigência essencial, que, segundo a legislação de licitações (Lei nº 14.133/2021, art. 60, §1º, e art. 7º), autoriza a desclassificação da proposta ou a glosa de pontuação técnica, sem margem para interpretação subjetiva.

IV - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Legalidade: A proposta não atende aos critérios previstos no edital.
- Isonomia: Permitir pontuação ou aceitação da proposta com falhas formais daria tratamento desigual em relação aos demais licitantes que cumpriram todas as exigências.
- Vinculação ao edital: A Administração deve seguir estritamente o instrumento convocatório; flexibilizar exigências formais configura violação ao edital.

V - CONCLUSÃO

- A proposta não pode ser considerada para fins de pontuação técnica.
- Eventual atribuição de pontos ou aceitação da proposta com tais falhas poderia ser questionada judicialmente ou em auditoria, expondo o órgão a risco de nulidade do certame ou responsabilização administrativa.

D. QUANTO À ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA E ECONOMICA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE – IDEAS

1. DO CRITÉRIO 3.4.2 VALOR GLOBAL DA PROPOSTA ECONÔMICA – Pontuação: 0,50 (máximo)

I. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO ESTABELECIDO

O critério de pontuação estabelece que a atribuição de pontos está condicionada ao **atendimento integral à estrutura mínima e aos modelos de planilhas definidos no roteiro**, não se limitando à simples comparação de valores globais.

De forma expressa, o critério dispõe nas páginas 129 e 130 do edital que:

*“Neste item, as Propostas Econômicas serão pontuadas de acordo com o valor global apresentado, sendo hierarquizadas conforme a tabela de pontuação abaixo. **Caso o proponente não atenda às especificações não poderá pontuar neste item. As propostas serão só serão classificadas se atenderam integralmente aos modelos de planilhas disponíveis** na sequência deste item, sendo classificadas com a melhor pontuação aquelas que apresentaram menor preço global, conforme quadro abaixo:”.....*

*“A proposta econômica deverá ser apresentada obedecendo os modelos e a estrutura apresentada na sequência. A Proponente poderá organizar a ordem de apresentação como lhe for conveniente, **desde que respeite a estrutura mínima definida neste roteiro**. O resumo abaixo descreve **minimamente cada modelo de planilha a ser apresentado, para na sequência apresentá-las de forma individualizada:***

3.4.2.1 PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS

“Planilha a ser apresentada por unidade de saúde, contendo todo o detalhamento de recursos humanos, bem como seus encargos e provisionamentos inerentes ao regime de contratação”.

O modelo de Planilha de Recursos Humanos, página 133 do Edital, como também a **Nota 1** na página 134, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS								
"NOME DA UNIDADE" + CONSOLIDADO								
"REGIME CLT"								
SETOR / DEPARTAMENTO	CATEGORIA PROFISSIONAL	SALÁRIO BASE	CH / SEMANA	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	INSALUBRIDADE	ADICIONAL NOTURNO	GRATIFICAÇÃO	SALÁRIO TOTAL
SUBTOTAL					R\$	R\$	R\$	R\$
ENCARGOS E PROVISIONAMENTO							%	VALOR
Grupo A	INSS - Empresa						0,00%	R\$ -
	INSS - Terceiros + FAP						0,00%	R\$ -
	SAT						0,00%	R\$ -
	PIS						0,00%	R\$ -
	FGTS						0,00%	R\$ -
Grupo B	13º SAL.						0,00%	R\$ -
	Abono de Férias						0,00%	R\$ -
	Férias proporcionais acumuladas em caso de demissão coletiva						0,00%	R\$ -
Grupo C	Férias integrais com reposição de quadro						0,00%	R\$ -
	Aviso Prévio indenizado						0,00%	R\$ -
	Aviso Prévio (dias extras legais)						0,00%	R\$ -
	13º salário (Lei nº 12.506/11)						0,00%	R\$ -
	Férias e Abono Constitucional sobre Lei nº 12.506/11						0,00%	R\$ -
Grupo D	Multa FGTS						0,00%	R\$ -
Grupo E	Encargos Patronais						0,00%	R\$ -
Grupo F	Outros Encargos & Provisionamento (DETALHAR)						0,00%	R\$ -
Total Provisões							0,00%	R\$ -
Total Encargos							0,00%	R\$ -
SUBTOTAL (Encargos + Provisões)							0,00%	R\$ -
BENEFÍCIOS								
TIPO DE BENEFÍCIO					QT. DIAS UTEIS	VLR. DIÁRIO P/ COLABORADOR	SUB TOTAL	
						R\$ -	R\$ -	
						R\$ -	R\$ -	
SUBTOTAL							R\$	-
TOTAL GERAL (SALÁRIOS + ENCARGOS + PROVISÃO + BENEFÍCIOS)							R\$	-

Nota 1: A OS Proponente deverá apresentar uma PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS por unidade, conforme o modelo acima. Caso opte por adotar regime de contratação através de Pessoa Jurídica, deverá apresentar, em outra planilha, conforme modelo abaixo, sua proposta de dimensionamento.

3.4.2.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO (12 MESES)

“Cronograma a ser apresentado **por unidade de saúde** e, na sequência, no mesmo modelo proposto, **Cronograma Consolidado agrupando o custeio detalhado das unidades** objeto deste Processo de Seleção. O Cronograma de Desembolso detalhado deverá conter as despesas mensais de custeio detalhadas para os 12 (doze) meses previstos para o Contrato de Gestão.”

O modelo de Cronograma de Desembolso detalhado da página 136 do Edital, como também a **Nota**, página 138, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

MODELO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – 12 MESES

"NOME DA UNIDADE"										
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO										
RUBRICAS	1º TRIMESTRE			XXX TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			TOTAL CONTRATUAL
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS ...	MÊS ...	MÊS ...	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	12 MESES
a1) Custos Operacionais da Executora (máximo 5%)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b1) Remuneração de Pessoal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b2) Benefícios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b3) Encargos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b4) Provisionamento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
b5) Outras Formas de Contratação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c1) Medicamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c2) Material Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c3) Material Expediente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c4) Material de Higienização	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
c5) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d1) Energia Elétrica	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d2) Água e Esgoto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d3) Limpeza Hospitalar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d4) Segurança / Vigilância	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d29) Serviços médicos especializados	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d30) Locação de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d31) Manutenção de Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
d32) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e1) Telefonia e Internet Banda Larga	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e2) Biometria e Software de gestão de pessoas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e3) Saúde ocupacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e4) Locação de veículos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e5) Combustíveis e lubrificantes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e6) Seguros - Ambulâncias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e7) Seguros - Predial e Equipamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
e8) Outros - Especificar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: A Proponente deverá apresentar um Cronograma de Desembolso detalhado para os 12 meses previstos para o Contrato de Gestão, mês a mês, por unidade de saúde, conforme o modelo acima, bem como Cronograma de Desembolso Consolidado, agrupando as despesas das unidades de saúde em um único Cronograma.

3.4.2.3 RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA

“Planilha resumo do CONTRATO DE GESTÃO, contendo os 5 principais grupos de custeio + investimento, consolidando o valor por exercício financeiro e o valor global da proposta financeira apresentada pela Proponente”.

O modelo de Resumo Global da Proposta e a **Nota**, página 139 do Edital, contém alertas da exigência de apresentação do modelo por Unidade de Saúde, conforme imagem a seguir:

RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA

TOTAL DO CUSTEIO					
RESUMO - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
RUBRICAS	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	Unidade xx	TOTAL 12 MESES
A) CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
B) DESPESAS DE PESSOAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
C) MATERIAIS E MEDICAMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
D) ASSISTENCIAIS E ÁREAS DE APOIO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
E) GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
F) INVESTIMENTO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
G - TOTAL CUSTEIO (A+B+C+D+E+F)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: A OS Proponente deverá apresentar um cronograma resumo POR UNIDADE, conforme modelo acima, bem como CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO CONSOLIDADO, agrupando as despesas a serem desembolsadas para as unidades em um único cronograma trimestral.

Assim, o atendimento aos modelos e à estrutura mínima constitui **condição prévia e obrigatória de admissibilidade do critério**, somente sendo possível a aplicação da pontuação por ranking **após verificado esse atendimento**.

Embora o edital permita flexibilidade quanto à **ordem de apresentação** dos documentos, é expresso ao exigir o **respeito à estrutura mínima dos modelos**, não sendo admitida apenas a apresentação consolidada quando o critério exige segregação por unidade.

II. DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS DA PROPONETE IDEAS

A proponente IDEAS adotou modelo formalmente compatível com o solicitado; contudo, apresentou os custos de Recursos Humanos agrupados por blocos de Serviços/Unidades, bem como o consolidado desses blocos, o que não se confunde com o custeio de Recursos Humanos individualizado por Unidade. Tal apresentação encontra-se em desacordo com o disposto na página 133 do Edital, que estabelece de forma expressa a obrigatoriedade de apresentação da planilha modelo de custos de Recursos Humanos **por unidade**, bem como **de forma consolidada**.

A ausência de segregação por unidade **impede a verificação objetiva do custo de pessoal vinculado a cada serviço**, comprometendo a análise da economicidade nos exatos termos do roteiro.

Dessa forma, embora haja informação econômica, **não houve atendimento integral à estrutura mínima exigida** para a planilha de custos de Recursos Humanos.

III. DA APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DETALHADO DA PROPONETE IDEAS

Situação idêntica verifica-se quanto a apresentação do **Cronograma de Desembolso**.

A proponente apresentou **cronograma no modelo correto**, com discriminação mensal, porém **de forma consolidada**, sem cumprir com a exigida **apresentação do cronograma por unidade**.

O critério não exige apenas a existência de um cronograma, mas sim a apresentação que permita identificar **como e quanto cada unidade demandará de recursos ao longo dos 12 meses**, o que não se verifica quando o desembolso é apresentado de forma global.

Assim, também nesse ponto, a proposta **não atende à estrutura mínima exigida pelo critério de pontuação**.

IV. DA APRESENTAÇÃO DO RESUMO GLOBAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE IDEAS

A mesma inconsistência verifica-se na apresentação do resumo global da proposta

V. DA CONSEQUÊNCIA DAS INCONFORMIDADES DE APRESENTAÇÃO PARA PONTUAÇÃO NO CRITÉRIO DE ECONOMICIDADE

As três inconformidades apontadas — ausência de apresentação da **planilha de Recursos Humanos por unidade, cronograma de desembolso detalhado por unidade e Cronograma Resumo por unidade** — não configuram meros vícios formais, mas **descumprimento do critério de pontuação**.

Nessas condições, a proposta **não se encontrava apta à classificação no critério de economicidade**, sendo indevida a atribuição de pontuação, ainda que parcial, com base exclusivamente em ranking de valores.

Ressalte-se que **não se pleiteia a desclassificação da proposta**, mas apenas o reconhecimento de que **não houve atendimento aos critérios estabelecidos para pontuação**, o que inviabiliza a atribuição de pontos no item 3.4.2.

VI. CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta demonstrado que:

- o critério 3.4 exige **atendimento integral à estrutura mínima dos modelos** como condição prévia de pontuação;
- a proponente IDEAS **utilizou os modelos corretos**, porém **apresentou a planilha de Recursos Humanos, Cronograma de Desembolso e Cronograma Resumo** de forma consolidada, **sem a segregação por unidade exigida**;

- tal apresentação **não atende integralmente ao critério de economicidade;**
- a pontuação atribuída, ainda que parcial, **não encontra respaldo no texto do critério de pontuação.**

Dessa forma, requer-se a **revisão da pontuação atribuída à proponente IDEAS no item 3.4 – Economicidade**, com a consequente **exclusão da pontuação indevidamente concedida (0,03).**

Diante do exposto, O INSTITUTO GNOSIS Requer:

- 1) Requer, inicialmente, o conhecimento do presente recurso, por ser tempestivo e cabível, com a preservação do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, e com a observância dos princípios do art. 37, caput, especialmente legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.
- 2) Requer, no mérito, a reconsideração do resultado preliminar, com a reanálise integral e motivada da pontuação atribuída ao Instituto Gnosis, mediante exposição objetiva, por subitem, dos documentos considerados, dos eventualmente desconsiderados e das razões técnicas do desconto, com referência às folhas/arquivos do processo administrativo, assegurando-se transparência decisória e controle de isonomia.
- 3) Requer a revisão de toda pontuação atribuída;
- 4) Requer, por fim, a juntada e consideração de toda a documentação reapresentada e de eventual complementação probatória permitida, bem como a adoção das providências saneadoras compatíveis com o interesse público e com a boa administração, e, se não houver reconsideração pela Comissão, o encaminhamento do recurso à autoridade superior competente para decisão final motivada.

Protesta o Recorrente por todos os meios de prova admitidos no âmbito administrativo, especialmente a juntada complementar de documentos e a realização de diligências saneadoras, quando cabíveis, em atenção ao interesse público na seleção da proposta mais vantajosa sob o prisma técnico, assistencial, econômico e de governança.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO RIBEIRO DE MELLO
RG Nº 03.078.875-6
DIRETOR EXECUTIVO INSTITUTO GNOSIS